

Preâmbulo

A Magna Charta Universitatum, uma declaração e afirmação dos princípios fundamentais sobre os quais a missão das universidades deveria ser baseada, foi assinada em 1988 por ocasião do 900º aniversário da Universidade de Bolonha. O primeiro princípio declarado foi a independência: a pesquisa e o ensino devem ser intelectualmente e moralmente independentes de quaisquer influências políticas e interesses econômicos. O segundo foi que o ensino e a pesquisa deveriam ser indissociáveis, com os estudantes engajados na busca pelo conhecimento. O terceiro princípio identificou a universidade como um local de livre investigação e debate, que se distingue por sua abertura ao diálogo e rejeição à intolerância.

A Magna Charta Universitatum reconheceu que as universidades que defendem esses princípios poderiam assumir muitas formas sob a influência combinada da cultura, geografia e história. Apesar de ser explicitamente produto de um momento específico no desenvolvimento europeu, o documento previa um mundo em rede no qual o conhecimento e a influência deveriam cruzar fronteiras culturais na busca da compreensão humana.

Desde então, o mundo se tornou interconectado de maneiras inimagináveis na época da declaração original. As universidades proliferaram em todo o mundo, aumentando drasticamente em variedade, bem como escopo e missão. Globalmente, o número e a diversidade de estudantes que buscam uma educação universitária aumentaram, assim como suas razões para fazê-lo e as expectativas de suas famílias e comunidades. O número de publicações aumentou enormemente enquanto a confiança na academia está sendo corroída pela perda de confiança na competência. Com o avanço das novas tecnologias, os modos de aprendizagem, ensino e pesquisa estão mudando rapidamente; as universidades estão liderando e respondendo a esses desenvolvimentos.

Apesar dessas mudanças, o potencial do ensino superior para ser um agente positivo de mudança e transformação social perdura. Os princípios estabelecidos na Magna Charta Universitatum são tão válidos hoje como eram em 1988, e são a pré-condição necessária para o avanço humano por meio de investigação, análise e ação sólida. As mudanças dramáticas descritas acima exigem que a academia global identifique responsabilidades e compromissos que os signatários concordam serem vitais para as universidades em todo o mundo no século XXI. Essa é a razão desta nova declaração.

Princípios, Valores e Responsabilidades

As universidades reconhecem que têm a responsabilidade de se envolver e responder às aspirações e desafios do mundo e às comunidades que servem para beneficiar a humanidade e contribuir para a sustentabilidade.

A autonomia intelectual e moral são as marcas de qualquer universidade e uma pré-condição para o cumprimento de suas responsabilidades com a sociedade. Essa independência precisa ser reconhecida e protegida pelos governos e pela sociedade em geral, e defendida vigorosamente pelas próprias instituições.

Para cumprir seu potencial, as universidades requerem um contrato social confiável com a sociedade civil, que apoie a busca da mais alta qualidade possível do trabalho acadêmico, com pleno respeito à autonomia institucional.

À medida que criam e disseminam o conhecimento, as universidades questionam dogmas e doutrinas estabelecidas e incentivam o pensamento crítico em todos os estudantes e acadêmicos. A liberdade acadêmica é sua força vital; indagação aberta e diálogo livre seu alimento.

As universidades abraçam seu dever de ensinar e o desenvolvimento ético de investigação com integridade, produzindo resultados seguros, confiáveis e acessíveis.

As universidades têm um papel e uma responsabilidade cívica. Fazem parte de redes globais, colegiadas de pesquisa científica e erudição, construindo sobrecorpos compartilhados de conhecimento e contribuindo para novos avanços. Estão também incrustadas nas culturas locais e sua relevância é crucial para seu enriquecimento e futuro. Embora estejam imersas em e conectadas com desenvolvimentos globais, se integram plenamente e assumem papéis de liderança em comunidades e ecossistemas locais.

As universidades são espaços não discriminatórios de tolerância e respeito onde a diversidade de perspectivas floresce e onde prevalece a inclusão, ancorada em princípios de equidade e justiça. Por isso, comprometem-se a promover a equidade e a imparcialidade em todos os aspectos da vida acadêmica, incluindo as admissões, contratações e práticas de promoções.

A educação é um direito humano, um bem público, e deveria ser disponível para todos. As universidades reconhecem que a aprendizagem é uma atividade ao longo da vida com o ensino superior como parte de um contínuo. Dentro dessa parte, as universidades atendem diversos estudantes em todas as fases de suas vidas.

As universidades reconhecem que indivíduos e comunidades, muitas vezes devido a circunstâncias de inequidade, têm dificuldade em obter acesso ao ensino superior ou influenciar modos e conteúdos dos estudos acadêmicos. Para tornar realidade o potencial humano em todos os lugares, as universidades buscam deliberadamente maneiras de acolher e se envolver com diversas vozes e perspectivas.

Ao assinar a Magna Charta Universitatum 2020, as universidades declaram seu compromisso com a declaração original e com a defesa e o avanço dos Princípios, Valores e Responsabilidades acima indicados, para fortalecer o papel das universidades na promoção da saúde, prosperidade e iluminação em todo o mundo.

Aprovado pelo Conselho Deliberativo em 12 de março de 2020

Magna Charta Universitatum 2020

Preamble

The Magna Charta Universitatum, a declaration and affirmation of the fundamental principles upon which the mission of universities should be based, was signed in 1988 on the occasion of the 900th anniversary of the University of Bologna. The first principle declared was independence: research and teaching must be intellectually and morally independent of all political influence and economic interests. The second was

that teaching and research should be inseparable, with students engaged in the search for knowledge and greater understanding. The third principle identified the university as a site for free enquiry and debate, distinguished by its openness to dialogue and rejection of intolerance.

The Magna Charta Universitatum recognised that universities upholding these principles could take many forms under the combined influence of culture, geography and history. Despite being explicitly the product of a specific moment in European development the document envisaged a networked world in which knowledge and influence should cross cultural boundaries in the pursuit of human understanding.

The world has since become interconnected in ways unimaginable at the time of the original declaration. Universities have proliferated around the globe, dramatically increasing in variety as well as scope and mission. Globally the number and diversity of students seeking a university education has increased, as have their reasons for doing so and the expectations of their families and communities. The number of publications has increased enormously while trust in academia is being eroded by a loss of confidence in expertise. In the sway of new technologies, modes of learning, teaching and research are changing rapidly; universities are both leading and responding to these developments.

Despite these changes, the potential of higher education to be a positive agent of change and social transformation endures. The principles laid out in the Magna Charta Universitatum are as valid today as they were in 1988, and they are the necessary precondition for human advancement through enquiry, analysis and sound action. The dramatic changes outlined above require the global academy to identify responsibilities and commitments that the signatories agree are vital to universities around the world in the Twenty-First Century. That is the reason for this new declaration.

Principles, Values and Responsibilities

Universities acknowledge that they have a responsibility to engage with and respond to the aspirations and challenges of the world and to the communities they serve, to benefit humanity and contribute to sustainability.

Intellectual and moral autonomy is the hallmark of any university and a precondition for the fulfilment of its responsibilities to society. That independence needs to be recognised and protected by governments and society at large, and defended vigorously by institutions themselves.

To fulfil their potential, universities require a reliable social contract with civil society, one which supports pursuit of the highest possible quality of academic work, with full respect for institutional autonomy.

As they create and disseminate knowledge, universities question dogmas and established doctrines and encourage critical thinking in all students and scholars. Academic freedom is their lifeblood; open enquiry and dialogue their nourishment.

Universities embrace their duty to teach and undertake research ethically and with integrity, producing reliable, trustworthy and accessible results.

Universities have a civic role and responsibility. They are part of global, collegial networks of scientific enquiry and scholarship, building on shared bodies of knowledge and contributing to their further development. They also are embedded in local cultures and crucially relevant to their future and enrichment. While they are immersed in and connected with global developments, they engage fully with and assume leading roles in local communities and ecosystems.

Universities are non-discriminatory spaces of tolerance and respect where diversity of perspectives flourishes and where inclusivity, anchored in principles of equity and fairness, prevails. They therefore commit themselves to advance equity and fairness in all aspects of academic life including admissions, hiring and promotion practices.

Education is a human right, a public good, and should be available to all. Universities recognise that learning is a lifelong activity with tertiary education as one part of a continuum. Within that one part, universities serve diverse learners at all stages of their lives.

Universities acknowledge that individuals and communities, often due to inequitable circumstances, have difficulty gaining access to higher education or influencing the modes and matter of academic study. To realise human potential everywhere, universities deliberately seek ways to welcome and engage with diverse voices and perspectives.

By signing the Magna Charta Universitatum 2020 universities declare their commitment to the original declaration and to upholding and advancing the Principles, Values and Responsibilities stated above, to strengthen the role of universities in promoting health, prosperity and enlightenment around the world.

Approved by the Governing Council 12 March 2020